

# Grafites

E-mail: [erich@tribunatp.com.br](mailto:erich@tribunatp.com.br) • Twitter: [@erichvicente](https://twitter.com/erichvicente)

Erich Vallim Vicente

## A palavra de ordem

**A**usteridade é, desde o início do mandato de novos prefeitos, a "palavra de ordem". Está na boca (e no plano) de todos. Em Piracicaba, o novo chefe do Executivo, Barjas Negri, e o presidente da Câmara Municipal, vereador Matheus Erler (PTB), se alinham nesta mesma toada, que vem sendo a tônica desde cidades grandes, como a metrópole paulistana administrada por João Doria, quanto a vizinha Rio das Pedras, sob administração de Carlos Defavari.

Não há dúvida de que cortes orçamentários e a preocupação com o controle dos gastos públicos são anseios da população. Sem entrar em discussão muito ampla, e talvez até

abstrata neste momento, mas o apoio de boa parcela da população a uma medida como a PEC 241/55, sobre limite a gastos públicos por 20 anos, aprovada no Senado Federal, demonstra que, independente de como, quanto ou de que maneira a se fazer, há setores que defendem um "Estado enxuto".

Sob a brisa da baixa arrecadação, como resultado da dinâmica econômica, e com uma perspectiva da mera previsão de aumento de 0,5% no PIB de 2017, a ordem é a austeridade como "salvação da lavoura". Como se o Estado brasileiro fosse inchado simplesmente porque "coisa pública não presta" - como adoram bradar neoliberais tupiniquins -, e não porque do outro lado do balcão existe um sistema privado de

capitais ávido pela taxa de juros nas alturas. A maior do mundo. Parece, aos mais desavisados, que o Estado só gasta com "benefício social". Não, tenham certeza!, o Estado gasta mesmo é com juros. E muito.

Quando o discurso é maior do que a realidade, a tese se sobrepõe à verificação empírica. E, cá está o Brasil, no início de 2017, falando de "austeridade, austeridade, austeridade". Como um mantra, parece que deixar de gastar, com a previsão de uma inflação muito próxima do centro da meta (4,5%), salvará o ano, "a lavoura", como se o problema não estivesse no dinamismo econômico.

O economista Marcio Porchmann alerta para essa política de austeri-

### Quando o discurso é maior do que a realidade, a tese se sobrepõe à verificação empírica

dade excessiva que, mesmo sendo "petista de carteirinha", lembrou ter sido o erro de Dilma Rousseff (PT) no início do segundo mandato, em 2015. "Ao cortar o custeio e o investimento público, especialmente o gasto social, teremos uma redução no dinamismo da economia brasileira", defende Porchmann, professor da **Unicamp**. "Hoje, a cada quatro reais que circulam na economia, um real provém do gasto social. O gasto social se traduz em consumo."

Ele faz, ainda, em entrevista ao site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade da Fiocruz, uma observação que os gestores públicos do País precisam ter consciência. "No capitalismo as empresas não investem porque o custo é baixo. Elas compram se há possibilidade de fazer girar aquele investimento, se vai ter consumo, demanda. As empresas vão contratar mais trabalhadores se tiver demanda para os seus serviços."

Vale ressaltar que o capitalismo brasileiro sempre foi marcado pela, embora contraditória, mas profícua relação de grandes empresas com o Estado. Grupos importantes do País como Camargo Corrêa e Odebrecht, hoje alvos da Operação Lava Jato, se contam com departamentos de propinas, também são referências em setores-chaves da economia, como o petroquímico e a construção civil. No mercado global, aliás, não devem ser apenas elas que contam com esquemas ilegais, como mostra a francesa Alstom no caso do metrô de São Paulo.

"Cortar gastos públicos" é importante, mas, embora esteja "na boca do povo", não soluciona o problema econômico do País. Melhor seria falar em qualificar os investimentos, mas continuar a fazê-lo, como indução à atividade econômica, sobretudo onde esteja o gasto social. Mais vale 50 milhões de bocas sendo alimentada pelo programa Bolsa Família, do que meia dúzia de engratado sendo benefício por juros absurdos de uma Dívida Pública nunca auditada.

A palavra de ordem é boa, mas, sem base real, vira mero embuste.